



ESCOLA PÚBLICA CARIOCA: REESTRUTURAÇÃO OU DESMONTE?



**SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Colegas,

Enfrentaremos nos próximos quatro anos mais um governo de Eduardo Paes.

O primeiro mandato foi marcado pela intensificação dos ataques aos trabalhadores e à educação pública. Não há dúvidas de que, agora, após ser reeleito e, ampliando sua maioria na Câmara dos Vereadores, estes ataques aumentarão. O que está em curso é um processo de reforma educacional que pretende submeter

a escola pública aos interesses e necessidades de setores empresariais.

Para derrotar esta política, precisaremos organizar cada escola e creche, mobilizar a comunidade escolar e ir à luta.

Por isso, o objetivo desta cartilha é estimular nosso



debate e auxiliar esta construção coletiva.

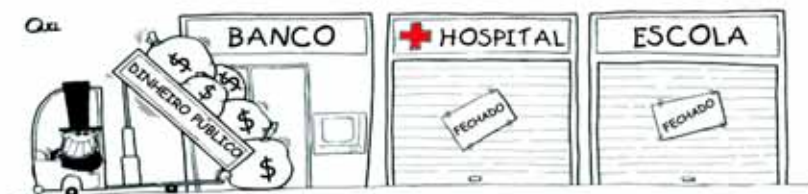
O que está acontecendo na Rede Municipal do RJ:

A REESTRUTURAÇÃO DA REDE: que envolve a reorganização da estrutura física da rede; dos currículos; materiais pedagógicos; processos de avaliação; e da própria função docente e dos demais profissionais.

A RETIRADA DE DIREITOS, tais como: o de lotação/antiguidade; o ataque à previdência e ao modelo de plano de carreira defendido historicamente pela categoria, através de reformas e da adoção de políticas excludentes de bonificações.

O que está ocorrendo é uma alteração do modelo e do funcionamento das escolas que visa desconstruir o próprio sentido de educação pública.

Crise do Sistema Capitalista, neoliberalismo, terceira via? O que a escola tem a ver com isso?



O sistema capitalista é marcado historicamente por ciclos de expansão alternados com períodos de profunda crise. A partir da década de 1970, essas crises se intensificaram e, em 2009, vivenciamos a maior crise econômica mundial desde 1929. A saída dos governos diante das crises que se instalaram a partir da década de 1970 tem sido aprofundar as políticas neoliberais, redefinidas em algumas áreas, pelas estratégias da chamada “Terceira Via” (a partir da década de 1990).

Para salvar bancos e empresários, os governos lançam mão de dinheiro público e aprofundam as políticas de ajuste, diminuindo os investimentos nas áreas sociais e retirando direitos dos trabalhadores.

As ideias neoliberais não são novas, foram difundidas no início do século XX, e reaparecem com mais vigor na década de 1980 com o presidente Reagan (EUA) e a primeira-ministra Margaret Thatcher (Inglaterra). De acordo com esta teoria, o Estado deve deixar de garantir políticas sociais para a população (moradia, saúde, saneamento, educação, previdência), passando a responsabilidade para a sociedade. É a proposta do “Estado mínimo”, no que se refere aos direitos sociais da população, e máximo para garantir a reprodução do capital. O neoliberalismo propõe uma ampla reforma no Estado nos mesmos moldes de funcionamento de uma empresa privada: gastar pouco, ter responsabilidade fiscal, ser eficiente, então a solução é retirar direitos e privatizar as estatais.

A proposta da chamada “Terceira Via” surge na década de 90. Basicamente, segue a mesma diretriz neoliberal. Consolida a redefinição do papel do Estado de provedor de direitos sociais para o de mero “gerenciador”



desses direitos. Postula também, a descentralização administrativa e a participação da sociedade civil em substituição às ações do Estado. Entram em cena as parcerias público-privadas, ONGs, OSs. A sociedade civil e o terceiro setor tornam-se o espaço da realização social baseado na solidariedade e colaboração.

Dessa forma, a educação pública e as demais áreas sociais começam a ser submetidas a este modelo. Além do avanço das parcerias público-privadas, ONGs e OSs, as políticas públicas para a educação passam a se referenciar cada vez mais num modelo de gestão baseado em pressupostos da iniciativa privada: produtividade, eficiência, mérito, avaliações de desempenho, bonificações etc.

Os organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI interferem no cotidiano das escolas e creches do Rio de Janeiro?

Em 1995 foi lançado em Washington (EUA), com o apoio inicial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina (PREAL). Esta proposta de reforma mobilizou um amplo setor do empresariado em torno da agenda educacional. Participaram dele, desde o início: as Fundações Vitae, Odebrecht, Clemente Mariani, o Instituto Herbert Levy, o Pacto de Minas pela Educação e o UNICEF. O PREAL surge na esteira das reformas neoliberais, já redefinidas pelas estratégias da Terceira Via. Em 1998, realiza-se o Consenso de Washington, organizado pelo Banco Mundial, BIRD, BID,

UNESCO, USAID, UNICEF, que traçou medidas de ajuste para os países da América Latina.

Por que a educação interessa aos organismos internacionais e empresários?

Por que, para eles, a escola deve estar a serviço das demandas do capital: além de fornecer a força de trabalho habilitada às necessidades de produção/reprodução do sistema produtivo. A escola assume um papel estratégico de adaptação e perpetuação de valores que legitimam este modelo de sociabilidade.



Como os organismos internacionais e os empresários interferem na organização da escola e atacam a carreira de seus profissionais?

Para os empresários, o grande problema da escola pública envolve gestão e qualificação/avaliação dos docentes. Para os organismos internacionais, interessa o controle e o apassivamento das populações desfavorecidas dos países periféricos e as medidas de ajuste que garantam a transferência de recursos desses países sob a forma de pagamento de dívidas.

Um exemplo prático desta ingerência de organismos financeiros do capital internacional é o empréstimo de mais de R\$ 1 bilhão, tomado pela prefeitura em 2010 com o Banco Mundial (BIRD) e que teve como contrapartida o projeto do prefeito para mexer na aposentadoria dos servidores municipais

e no sistema do Previ Rio. Ou seja, o BIRD condicionou a linha de crédito a uma série de ajustes, como a elevação da idade da aposentadoria para os professores municipais e reformas fiscais.

Como você pode ver, a política internacional está diretamente ligada com as nossas vidas. Crises, ajustes, privatizações, terceirizações e parcerias público-privadas geram demissões, pioram as condições de trabalho, rebaixam salários, retiram direitos. O valor do transporte aumenta, assim

como o preço dos alimentos. Já que o Estado não garante mais saúde pública de qualidade, muitos recorrem a planos privados para não correr o risco de morrer nas filas dos hospitais.

Para atender os interesses dos

organismos internacionais, os governos diminuem os gastos com a educação pública. Há também uma inflexão das políticas públicas dentro da lógica empresarial: avaliações de desempenho, ascensão na carreira atrelada ao mérito, metas produtivistas, bônus. Assim como a abertura do espaço escolar como um robusto mercado de pacotes e projetos pedagógicos.

Esta política segue dois princípios básicos:

1 - Transformar ensino em mercadoria, oferecendo uma educação mínima e instrumental que transforma nossos alunos em força de trabalho barata;

2 - Abertura de um novo e competitivo espaço de lucros para o empresariado a custas de verbas públicas, através da entrada de instituições privadas nas escolas e creches.

TUDO ISSO TAMBÉM AFETA A NOSSA CARREIRA:

Para reduzir custos é preciso explorar. Por isso o aumento do número de



alunos em sala, a necessidade de acabar com as classes especiais, a polivalência dos professores, a dupla função dos AAC's, a quase extinção de funcionários, a substituição do aumento salarial e Plano de Carreira por bonificações de desempenho (14º salário).

Também é alarmante nesse processo a perda da identidade do trabalho docente, o ataque à autonomia pedagógica, os materiais: cadernos/apostilas, avaliações produzidos sem a participação dos professores buscam “simplificar” a função pedagógica que, cada vez mais, vai sendo ministrada por leigos, trainees, oficineiros, estagiários e amigos da escola.

Quando começam a ser implementadas no Brasil as políticas neoliberais?

Na década de 1980, o Brasil viveu um rico processo de luta pela redemocratização. Neste período se afirma a concepção de uma escola pública, gratuita, laica e universal. Os debates em torno da LDB e do Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira se consolidam neste período.

Na década de 1990, vivemos a ascensão das políticas de ajuste da economia, com medidas de desregulamentação, descentralização, flexibilização e privatização. A educação de direito social começa a ser vista cada vez mais como um serviço. A gestão do então presidente Fernando Collor de Mello demarca a entrada das políticas neoliberais no Brasil, o que irá se aprofundar nos governos posteriores.

A reforma do Estado e os ataques à educação:

No governo FHC, foi criado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Nele, são estabelecidas diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. A gestão dos serviços públicos passa a ter enfoque na eficiência e no controle de resultados. A educação deixa de ser um direito e começa a ser vista como mercadoria.

Adivinhem quem ajudou a elaborar esta proposta?

A economista Claudia Costin.

Lamentavelmente, o governo Lula e, agora, o governo Dilma, seguiram estas orientações. Com o discurso de ser um governo dos trabalhadores, conseguiram aprová-las. Ferramentas construídas pelos trabalhadores (CUT, UNE, CNTE) que em outros momentos mobilizavam a classe para impedir tais propostas, foram cooptadas e se calam diante dos ataques. Isto tornou mais fácil a aprovação da retirada de direitos e a consolidação destes projetos.

Nesta perspectiva, o neoliberalismo institucionaliza a competição e impõe a lógica da meritocracia para a educação.

O que é meritocracia?

“Meritocracia (do [latim](#) *meritu*, mérito e *cracia*, poder) - é um sistema de governo ou outra organização, que considera o mérito (aptidão) a razão para se atingir

determinada posição. Em sentido mais amplo, pode ser considerada uma ideologia. As posições hierárquicas são conquistadas, em tese, com base no merecimento e entre os valores associados estão educação, moral, aptidão específica para determinada atividade. Em alguns casos, constitui-se em uma forma ou método de seleção...”

A meritocracia tem sido utilizada mundialmente como princípio norteador para vários setores. Atualmente, a prioridade de sua implementação é na educação.

Como já dissemos, a crise econômica mundial aprofunda a retirada de direitos dos trabalhadores. Em muitos países esta situação gera levantes

populares que questionam governos e o modelo de sociedade. A maioria das mobilizações é dirigida por educadores. Impedir a atuação e organização destes profissionais, e estabelecer formas de controle e repressão tem sido fórmulas utilizadas por distintos governos para manter a sua governabilidade. Uma eficaz ferramenta nesse processo tem sido a meritocracia.

Ao estabelecer metas e padrões fictícios a solidariedade é substituída pela competição. Torna-se mais fácil dividir a classe e frear suas lutas. Desqualificar, desmoralizar e culpabilizar os profissionais pelo fracasso da educação isenta os governos de sua

responsabilidade. Precarizar o ensino e negar conhecimento à juventude permite que os governos e os donos do capital se mantenham no poder. Afinal, forma-se uma geração de mão de obra barata, com homens e mulheres incapazes de questionar e transformar a sociedade injusta que vivem.

No Brasil, o PDE e o PNE são formulados a partir desta orientação. Avaliações externas, índices, premiações e punições são os pilares desta política.



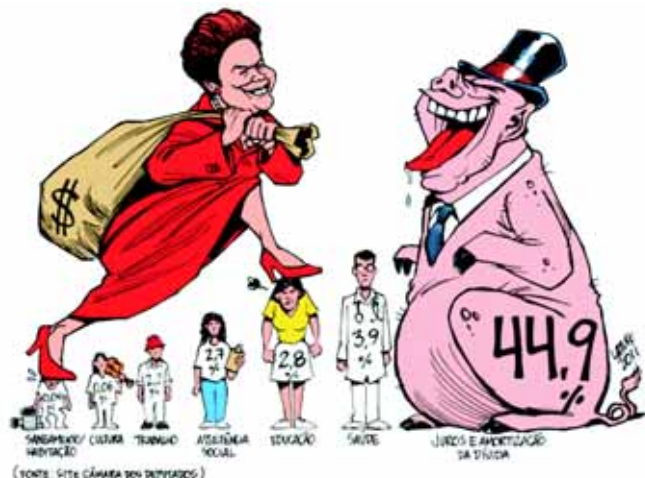
Avaliações externas, culpabilização dos profissionais, precarização salarial:

Seguindo a agenda empresarial do compromisso “Todos pela Educação”, o Brasil considerou que o problema de nosso sistema educacional era uma “crise de eficiência, eficácia e produtividade”. Como solução, o país precisava lançar mão do método da “Qualidade Total”. Dentro de uma perspectiva meritocrática, buscou-se criar mecanismos de “controle de qualidade”, através do estabelecimento de metas, índices e constantes avaliações de

alunos/profissionais.

Vale ressaltar, que o compromisso “Todos Pela Educação”, lançado em 2006 no Museu do Ipiranga (SP), selou o pacto entre o Estado e o Empresariado e foi patrocinado por entidades que, hoje, interferem diretamente na organização do modelo de educação ofertado nas redes públicas: Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco,

Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-D Paschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander,



Instituto Ethos, entre outros.

Todos nós já percebemos em nossas escolas a inserção desses Institutos e Fundações, não é mesmo?

As avaliações e indicadores de desempenho também se multiplicam no país: ENADE, ENEM, SAEB, IDEB, Prova Brasil, SARESP (SP), SAERJ, IDERIO.

Na prefeitura do Rio, para melhorar o seu desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e conseguir mais verbas, o prefeito Paes procura diminuir os índices de evasão e de reprovação, através de programas como o Bolsa Carioca e de projetos como o Acelera e o Autonomia Carioca, que visam mascarar a reprovação, separando os alunos com déficit de aprendizagem e distorção idade-série.

Para os governos, são estas provas externas que podem “medir” a qualidade do ensino. Criam também uma falsa ideia para a população: a de que para resolver os problemas da educação basta apenas dedicação e

empenho dos profissionais e dos alunos. Quem se “esforça” merece ser “premiado”.

Ou seja, de uma só vez, os governos se isentam da responsabilidade pelo “dito” fracasso da educação, atribuindo esta culpa aos profissionais, alunos, famílias e ainda deixam de aumentar a aplicação de verbas e garantir melhorias salariais. O processo de ensino-aprendizagem é substituído pelo treinamento para provões.

Para avaliarmos de fato o desenvolvimento do ensino, seria necessário analisarmos a aplicação das verbas nas escolas

e creches, a estrutura física, as condições de ensino, a valorização salarial e uma série de outros fatores. Mas assim, ficaria evidente o descaso dos governos com a educação.



A quem servem os “Projetos”?

Temos hoje no Brasil uma série de “projetos” apresentados como “salvadores dos problemas de aprendizagem”.

No Rio de Janeiro, são mais de 90: Realfa, Acelera, Ginásio Experimental Carioca (e suas versões: Olímpico, Artístico, do Samba, de Novas Tecnologias Educacionais), 6º ano experimental, Discovery na Escola, Cientistas do Amanhã, Rio Criança Global, Escolas do Amanhã, Educopédia, dentre outros.

Os objetivos seguem a lógica internacional para a educação:

1 - Garantir o desvio de verbas públicas para a iniciativa privada. O dinheiro que deveria ir para escolas e creches vai para banqueiros e empresários, “donos” das ONG’s, Institutos e Fundações que “vendem” seus “pacotes”;

2 - Isentar os governos de sua culpa, responsabilizando a sociedade pela melhoria da educação. “Todos pela educação”;

3 - Garantir formação de mão de obra barata. Com projetos que rebaixam o currículo e se utilizam de metodologias que representam um retrocesso pedagógico. São pacotes de apostilas e vídeos para formar mercadoria;

4 - Mascaram os índices de reprovação e de problemas na aprendizagem. Aprovação automática na prática;

5 - Permitir terceirizações, desvalorização profissional e disfarçar a falta de professores e funcionários, com a entrada de oficinheiros, voluntários, “amigos da escola”;

6 - Garantir a exploração dos profissionais. Professores passam a ser polivalentes. Merendeiras tem um cardápio maior. Agentes educadores ficam responsáveis por mais alunos. Agentes auxiliares de creche acumulam mais funções sem receber por isso;

7 - Acabar com a autonomia pedagógica.

O fim da autonomia pedagógica.

Acabar com a autonomia pedagógica é um dos pilares da política meritocrática.

Alunos e profissionais deixam de ser sujeitos do processo ensino-aprendizagem, alunos transformam-se em produtos e professores em meros entregadores de um “saber mínimo”. A construção do projeto político pedagógico não importa, a realidade das comunidades escolares, muito menos. Não é necessário garantir o tempo para planejamento. “Qualquer um” pode entregar as apostilas e colocar os vídeos, elaborados por pessoas que desconhecem a realidade e a necessidade de alunos e profissionais. A escola deve seguir uma metodologia elaborada pela iniciativa privada. Para completar surgem os Tutores e “supervisores” que irão verificar e avaliar o que está sendo ministrado pelos profissionais cobrando que as “metas” impostas sejam alcançadas.

Com tantas “metas” a cumprir, os profissionais não se reúnem, não conversam, não debatem. As direções são obrigadas a atuar como “gestoras empresariais”. A elaboração coletiva é substituída pela atuação individual.

O assédio moral cresce. Os profissionais daquelas escolas e creches deixam de ser um grupo. Passam a seguir a lógica do “cada um por si”. Brigamos entre nós para conseguir “premiações”.

Dividindo e alienando os trabalhadores, os governos impedem a organização dos profissionais e comunidade escolar. Sem lutas, torna-se mais fácil aplicar esta política.

A Reestruturação da rede de ensino

A reestruturação do ensino também é uma política internacional. Nas universidades brasileiras ela ocorreu através do REUNI e do PROUNI.

No ensino médio, o MEC já prepara um pacote propondo a redução do currículo, das disciplinas “obrigatórias” e a criação de áreas de conhecimento, parecido com a estrutura dos Ginásios Experimentais Cariocas.

No Rio de Janeiro, a SME também propõe a reestruturação da rede de ensino.

Pela proposta, as escolas serão divididas em “Casa de Alfabetização” (do 1º ao 3º ano), “Primário Carioca” (do 4º ao 6º ano, legitimando o 6º ano como primário) e “Ginásio Carioca” (com as turmas do 7º ao 9º ano). As turmas de educação infantil ficarão nos Espaços de Desenvolvimento Infantil. Até agora nenhum documento oficial definiu esta reestruturação. Coroando a prática autoritária desta Prefeitura, apenas comunicados verbais e ameaças orais são apresentados.

Estas mudanças significam um retrocesso pedagógico e um ataque à educação pública de qualidade. Alunos terão que mudar de escolas e muitos da mesma família ficarão em unidades escolares diferentes. A cada três anos



os responsáveis terão que travar uma dura batalha para garantir vagas aos seus filhos.

Ao segmentar a rede de ensino, o governo municipal se isenta de garantir a educação básica completa a população, amplia a entrada iniciativa privada nas escolas/creches e possibilita a criação de diferenças salariais entre os profissionais.

Quantos alunos concluirão seus estudos até o 9º ano? Quantos ficarão apenas na “Casa de Alfabetização” ou no “Primário Carioca”?

A retirada de nossos direitos e os próximos ataques

Paes atacou nossos direitos. Merendeiras foram substituídas por APA's da COMLURB. AAC's concursados foram contratados. Resoluções e decretos foram elaborados para garantir a implementação das premiações e do medo. Resolução 1178 (que teve uma parte modificada pela mobilização no curso de “capacitação”), escola 3.0 (que garante o controle absoluto do governo sobre as ações dos profissionais em sala de aula), circular 02 (que levemente tenta acabara com nosso direito a lotação), Pacto Carioca, entre outros.

Em 2011, sofremos um duro ataque ao nosso fundo de previdência. O PL 1005 foi aprovado pela maioria dos vereadores, isentando a Prefeitura de pagar a dívida que tinha de bilhões com nosso FUNPREVI e, legitimando o desvio de verbas da saúde e educação para o pagamento de aposentadorias e pensões. Lutamos muito contra esta proposta e foi nossa luta que impediu que 12 vereadores que aprovaram esta proposta fossem reeleitos.

A mobilização contra o PL1005 impediu também que o governo apresentasse a PLC 41, projeto que continua tramitando na Câmara e que acaba com a integralidade e paridade das nossas aposentadorias e pensões. Não há dúvida que este projeto será o próximo ataque. Junto a ele um Plano de Carreira meritocrático. Bem diferente do que defendemos historicamente, com valorização por tempo de serviço e formação. Plano que é unificado com funcionários e que permitiria que AAC's ganhassem como professores, que PII 40h tivessem equiparação, que todos fossem valorizados.

Divórcios

"Um sistema de desvínculos : para que os calados não se façam perguntas, para que os opinados não se transformem em opinadores. Para que não se juntem os solitários, nem a alma junte seus pedaços.

O sistema divorcia a emoção do pensamento como divorcia a vida íntima da vida pública, o passado do presente. Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, no guarda-roupa onde o sistema guarda seus velhos disfarces.

O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós é pior: as tragédias se repetem como tragédias."

Eduardo Galeano



Sindicato Estadual dos Profissionais
da Educação do Rio de Janeiro
Fundado em 16 de julho de 1977
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-040
Tel.: 2195-0450
www.seperj.org.br